



Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal do Rio Grande
Conselho Municipal de Educação
Ata nº 011 /2020

Aos dois dias do mês de junho de dois mil e vinte, reuniram-se, por videoconferência e em virtude da Pandemia de COVID-19, os conselheiros Elisângela Gonçalves Macedo, Joelma Madruga Furtado, Kátia Leivas, Luís Fernando Minasi, Maria Aparecida Reyer, Rita de Cássia Madruga de Souza, Rosimeri Machado ; a assessora técnica Jaqueline Micelle, a secretária Lilian Xavier Machado, presididos pela conselheira Melissa de Moraes Rodrigues. A reunião começou com a presidente informando que o Comitê para o enfrentamento da COVID 19 foi organizado em dois grupos: um tratará da parte pedagógica e outro da infraestrutura e que ela e a conselheira Elisângela participam das reuniões todas as segundas e quintas-feiras. Também destacou que o Comitê pensa em apresentar-se à comunidade e ressaltar que já está trabalhando para assegurar um retorno seguro às atividades escolares após a pandemia. Também considera importante a realização de uma campanha de conscientização da população em geral e a abertura de canais para consulta pública com questionamentos e que, para tanto, será necessário que se encontre uma ferramenta acessível à maioria da população. A conselheira Elisângela acrescentou que estão sendo organizadas pela SMEd algumas estratégias nesse sentido, tais como reuniões mais frequentes com as direções das escolas e professores, a tentativa de disponibilizar na página da SMEd um questionário à comunidade em geral, bem como usar o canal da SMCAS – Secretaria da Cidadania e Assistência Social – para a escuta da comunidade e, ainda, disponibilizar nas escolas o questionário escrito para aquelas pessoas que não possuem acesso à tecnologia. Também destacou que, entre os eixos das reuniões do Comitê, estão: o que será priorizado – o cumprimento dos dias letivos ou da aprendizagem? O que caracterizaria o cumprimento dos dias letivos? Por fim, destacou que cada escola, dentro de sua realidade, deverá adaptar o plano padrão elaborado pela SMEd. A presidente ressaltou a importância de se ouvir os professores pois eles é que estarão na linha de frente para o acolhimento dos estudantes. A conselheira Kátia mostrou-se preocupada pois, segundo suas leituras, os documentos e legislações têm prestigiado muito pouco ou quase nada a Educação Infantil, principalmente à nível federal, sem haver um comprometimento maior com os direitos e

com a qualidade na Educação Infantil. Ainda, acrescentou que considera extremamente importante a ação do Comitê e acredita ser imprescindível a participação de pessoas com conhecimento na área educacional. A conselheira Elisângela informou que, além da conselheira Melissa que possui conhecimento e experiência na Educação Infantil, integram o Comitê mais quatro pessoas com a mesma experiência. A conselheira Maria Aparecida discordou em parte das colocações da conselheira Kátia, dizendo que tem visto vários segmentos e profissionais se posicionando a favor da Educação Infantil, o que não acontecia anteriormente à pandemia. O conselheiro Minasi enfatizou que discurso e prática devem caminhar juntos e que existem três perguntas ainda sem respostas. A primeira seria: quando retornarão as aulas? E acrescentou que esse retorno dependerá da evolução da pandemia. A segunda pergunta refere-se à: quanto tempo dos duzentos dias letivos faltarão para completar o ano letivo? Para isso, há que se disponibilizar salas de aula e professores uma vez que os alunos hoje com cinco anos de idade ocuparão espaço no primeiro ano do ensino fundamental sem que os atuais alunos do primeiro ano tenham avançado. Destacou que há a necessidade de realização de um censo escolar para isso. A terceira pergunta seria: se as aulas não retornarem ainda esse ano, como será o ano letivo de dois mil e vinte e um? Nesse aspecto, destacou que a prioridade deve ser sempre o cuidado com a vida. O conselheiro Minasi também informou que assistiu a “live” com a participação do Dr. Gentil Charqueiro – Promotor do Juizado Regional da Infância e Juventude, o Secretário de Município da Educação, André Lemes e o representante do Conselho Tutelar, de nome Edimilson, onde foi enfatizado que não há previsão de retorno das atividades escolares e que professores, funcionários de escolas e familiares de alunos devem ser incluídos na discussão do assunto. Também destacou que cabe ao CME determinar e regulamentar o que será considerado como dia letivo. Ainda, o conselheiro Minasi sugeriu que o Comitê tenha em mãos todo o conteúdo da mencionada “live” e questionou se Comitê e CME estão cientes da realidade que deverá ser enfrentada. Ainda, destacou que, conforme fala do Dr. Charqueiro, os pais que não enviarem seus filhos à escola em virtude da pandemia terão amparo legal para tal e que o uso da máscara e do álcool gel serão saberes necessários às crianças. A conselheira Elisângela informou que o SINTERG tem participado das reuniões do Comitê e que, quanto à realização por parte da SMEd de reuniões com as direções das escolas municipais, a Secretaria tem realizado contato semanalmente com as mesmas, porém algumas escolas ainda não estão reunindo-se com seus professores, apesar de o Secretário já ter solicitado às direções que organizem esse tipo de reunião com seus profissionais. Ainda, a conselheira Elisângela sugeriu que seja feito o registro das posições do CME para que a presidente possa apresentá-las ao Comitê. A presidente ressaltou que como

representante deste Conselho no Comitê acredita que deveria ser feito o caminho inverso, ou seja, ao invés de trazer ao conhecimento do Pleno as ações do Comitê, o CME deve enviar ao Comitê seu posicionamento e considerações a respeito do assunto e que cabe ao Conselho de Educação pensar e estudar o que será considerado dia letivo e quais conteúdos serão prioritários no retorno às aulas, bem como, qual a porcentagem da carga horária poderá ser realizada de maneira remota, o que fazer com os alunos cujas famílias não os encaminharem à escola, como a aprendizagem chegará para cada um na sua especificidade, principalmente àqueles que encontram-se em situação de vulnerabilidade. A conselheira Rosimeri questionou sobre quem gera o recurso para o ente público e ressaltou que há escolas particulares que estão oferecendo aos alunos aulas on line enquanto que as escolas públicas continuam sem nenhum atendimento. Segundo a conselheira, isso acarretará ocasionando uma desigualdade entre os alunos das duas redes e que já existem pais que ameaçam tirar seus filhos das escolas de Educação infantil caso as mesmas não enviem atividades às crianças. Solicitou, portanto, que o Comitê dê algum direcionamento nesse sentido para as escolas particulares de Educação Infantil. O conselheiro Minasi argumentou que as escolas particulares de Educação Infantil terão de reinventarem-se depois da pandemia e que para isso terão mais liberdade do que as escolas públicas. Destacou que o CME terá que analisar o Plano de Ação dessas escolas. A conselheira Rosimeri também questionou sobre o momento atual, ou seja, como ficará a questão do censo escolar nas escolas de Educação Infantil? A conselheira Joelma perguntou se as ações do atual Pleno do CME ainda possuem validade ao que a presidente informou que sim, uma vez que os futuros conselheiros de educação ainda não foram eleitos e não tiveram suas respectivas homologações publicadas. A conselheira Joelma acrescentou que tem assistido as “lives” da UNCME e UNDIME e sugere levar os seguintes questionamentos ao Comitê: a) como será a reorganização das atividades escolares?; b) o que as famílias consideram como direitos mínimos e essenciais de aprendizagem?; c) de que forma haverá a flexibilização da proposta pedagógica?. A conselheira também destacou que, a seu ver, o ano letivo não terminará junto com o ano civil e que provavelmente o calendário de dois mil e vinte se estenderá ao longo do ano de dois mil e vinte e um. O conselheiro Minasi destacou que na reunião com o Dr. Charqueiro, já referida anteriormente, havia doze Conselhos Municipais presentes e que o Promotor demonstrou satisfação no modo como as SMEs e CMEs estão atuando juntos durante esse período de pandemia. Ainda, mencionou o conselheiro que todos os municípios presentes realizaram relatos de como estão enfrentando a atual situação e que todos foram unânimes em manter o discurso da preservação da vida em primeiro lugar e continuar mantendo vínculo com as famílias e com os estudantes. A

conselheira Joelma propôs que o CME organize uma agenda de assuntos que devem ser tratados nas próximas reuniões do Pleno para que a presidente leve ao conhecimento do Comitê a posição deste Conselho. A conselheira Melissa considerou importante o CME estabelecer um plano de ação nesse sentido. Questionada pela conselheira Elisângela, a assessora técnica Jaqueline informou que o CME deverá manifestar-se sobre tais assuntos, num primeiro momento, através de Indicações. Esgotada a pauta da reunião e, nada mais havendo a tratar, eu, Lilian Maria Xavier Machado, lavro a presente Ata que será assinada por mim e pela presidente.

Melissa de Moraes Rodrigues
Presidente do CME

Lilian Xavier Machado
Secretaria do CME